

# Comissões cobram cultura e destacam saúde em SP

Educação pede dados do conselho cultural; Saúde repercute destaque do SUS

A Câmara Municipal de São Paulo discutiu, em reuniões de comissões permanentes, temas relacionados às políticas públicas de cultura e saúde, com foco na fiscalização de órgãos municipais e na avaliação de serviços oferecidos à população.

Durante encontro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, vereadores aprovaram o envio de pedidos de informações à Prefeitura de São Paulo sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura. O colegiado é responsável por contribuir com a formulação e acompanhamento das políticas culturais da cidade, atuando como espaço de participação social e diálogo entre poder público e sociedade civil.

Os parlamentares solicitaram esclarecimentos sobre a estrutura, composição, funcionamento e atividades desenvolvidas pelo conselho. A iniciativa busca ampliar a transparência e

permitir que a comissão acompanhe de forma mais detalhada as ações relacionadas à política cultural do município.

Entre os pontos de interesse estão a periodicidade das reuniões, critérios de escolha dos integrantes e o papel efetivo do órgão na definição de diretrizes culturais. O Conselho Municipal de Cultura integra o conjunto de instrumentos previstos no Plano Municipal de Cultura, que visa promover diversidade, acesso e participação nas políticas culturais da cidade.

As comissões permanentes da Câmara têm, entre suas atribuições, o papel de fiscalizar ações do Executivo, requisitar informações e acompanhar a execução de políticas públicas em diferentes áreas, como educação, cultura e saúde.

Na mesma linha de acompanhamento das políticas municipais, a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e



Comissão de Educação busca maior transparência e efetividade na gestão cultural

Mulher repercutiu a escolha do sistema público de saúde da capital como o melhor serviço público da cidade.

O reconhecimento foi apontado por pesquisa de opinião que avaliou a percepção da população sobre diferentes serviços. Em 2026, a rede municipal de saúde de São Paulo foi eleita, pelo sexto ano consecutivo, a mais bem avaliada, sendo a primeira vez em que liderou a categoria de forma isolada.

Durante a reunião, vereadores da Câmara destacaram que o resultado reflete a ampliação da estrutura de atendimento e o aumento de investimentos na área nos últimos anos.

A rede municipal passou por expansão significativa, com a entrega de novos equipamentos de atendimento e ampliação de unidades básicas e de pronto atendimento na cidade, fortalecendo o acesso da população aos serviços.

Dados apresentados indi-

cam que o orçamento destinado à saúde municipal cresceu de forma expressiva ao longo da última década, permitindo a ampliação da cobertura e a criação de novos serviços especializados. Além disso, houve aumento na oferta de atendimentos e na descentralização da rede, com foco em regiões de maior vulnerabilidade social.

A avaliação positiva também foi associada à melhoria na integração entre diferentes níveis de atendimento, como atenção básica, urgência e especialidades, o que contribui para maior eficiência no sistema e, também, redução de indicadores negativos, como a mortalidade em alguns casos específicos.

Apesar do reconhecimento, parlamentares ressaltaram a necessidade de continuidade dos investimentos e de monitoramento constante da qualidade dos serviços, especialmente diante da alta demanda por

atendimento na capital.

## Áreas estratégicas

As discussões nas duas comissões fazem parte do trabalho do Legislativo municipal, que acompanha periodicamente as áreas estratégicas para a população, como cultura e saúde. Enquanto a Comissão de Educação busca maior transparência e efetividade na gestão cultural, a Comissão de Saúde analisa resultados e desafios do sistema público, apontando a importância da manutenção de políticas públicas estruturadas.

## Novos debates

Os debates desta quarta-feira (6) devem seguir nas próximas reuniões, com possibilidade de novos pedidos de informação, além de convocações de autoridades e da realização de audiências públicas para aprofundar a análise dos temas por parte dos vereadores.

# Ministério Público vai à Justiça e cobra de Nunes ações contra desvio habitacional

O Ministério Público de São Paulo apresentou ação civil pública para que a Prefeitura da capital intensifique o controle e a fiscalização sobre o uso de unidades de habitação com incentivos públicos. A iniciativa busca enfrentar a destinação irregular de imóveis voltados a famílias de baixa e média renda para perfis com maior poder aquisitivo ou para atividades de hospedagem.

Na ação, o órgão solicita a adoção de providências com caráter de urgência. Entre elas, a divulgação, em até 20 dias, de uma relação completa dos empreendimentos e das unidades beneficiadas por políticas habitacionais, além da criação de um sistema de rastreamento de possíveis fraudes em prazo de 30 dias.

Dados municipais indicam que cerca de 321 mil unidades enquadram-se como Habitação de Inter-

se Social e Habitação de Mercado Popular foram erguidas pelo setor privado com incentivos entre 2014 e fevereiro de 2026. Esse modelo responde por aproximadamente três quartos dos lançamentos imobiliários recentes na cidade.

A Promotoria de Habitação e Urbanismo sustenta que medidas previstas em normas municipais recentes não foram implementadas de forma efetiva, especialmente sobre o monitoramento contínuo. O órgão aponta falhas na execução da política pública e fragilidades na fiscalização do cumprimento dos critérios de renda e destinação.

Em manifestação, a administração municipal informou que tem ampliado mecanismos de controle, incluindo regulamentações recentes, solicitações para retirada de anúncios irregulares em plataformas



Rodrigo Costa e Rodrigo Romeo

Órgão solicita a adoção de providências com urgência

digitais, apuração de inconsistências em centenas de condomínios e aplicação de multas que somam milhões de reais. Também declarou que ainda não foi formalmente notificada sobre a ação.

Segundo o MP, foram registradas mais de 11 mil comunicações de cartórios sobre negociações com indícios de irregularidade desde março de 2025. A avaliação é de que há recorrência nos casos, indicando

um padrão disseminado.

O pedido judicial inclui ainda a criação de uma plataforma para envio e armazenamento de documentos, integração com cartórios, cruzamento de dados fiscais e imobiliários, além de monitoramento por indicadores de risco. Também prevê fiscalização de anúncios e uso de imóveis para locações de curta duração, prática vedada nas categorias habitacionais citadas.

A ação não trata de punições diretas a proprietários ou empreendedores, concentrando-se na exigência de medidas administrativas e de governança por parte do poder público. Em caso de descumprimento da medida, foi solicitada a aplicação de multas diárias.

A política de incentivo a essas moradias foi instituída na última década, com vários benefícios.